

Leitura e tradução: práticas culturais dialógicas

Vera Lúcia Pires

Universidade Federal de Santa Maria

Valeria Brisolara

UniRitter

Resumo: A investigação da linguagem como prática social mediadora da experiência do relacionamento entre os seres humanos tem sido uma opção de muitos pesquisadores da linguagem, tributários da filosofia de Mikhail Bakhtin e seu Círculo. O objetivo deste artigo é discutir a questão de o ato de autoria, bem como o de leitura e o de tradução, serem processos dialógicos de interação. São dialógicos por serem práticas discursivas realizadas pela interação entre interlocutores social e historicamente situados. A leitura e a tradução são vistas como práticas culturais situadas que atuam não só mediando, mas também criando cultura. Sob essa perspectiva, são práticas de natureza eminentemente dialógica e autoral. Ao ler e ao traduzir, é necessário que sejam feitas escolhas e estas acabam por produzir um novo texto e um novo autor.

Palavras-chave: Autoria; tradução; práticas culturais; dialogismo.

Title: Reading and translation: dialogical cultural practices

Abstract: The investigation of language as a social practice that mediates the experience of the relationship between human beings has been an option of many language researchers, tributaries of the philosophy of Mikhail Bakhtin and his Circle. The purpose of this article is to discuss the question of the act of authorship, as well as that of the reading and

translation, to be dialogical processes of interaction. They are dialogical because they are discursive practices carried out by the interaction between social and historically situated interlocutors. Reading and translation are seen as situated cultural practices that act not only by mediating, but also by creating culture. From this perspective, they are practices of an eminently dialogical and authorial character. When reading and translating, it is necessary that choices are made and these produce a new text and a new author.

Keywords: Authorship; translation; cultural practices; dialogism.

Introdução

A leitura e a tradução constituem-se em processos dialógicos de interação, bem como, em atos de autoria. São processos dialógicos por envolverem práticas discursivas realizadas pela interação entre interlocutores social e historicamente situados. Ao mesmo tempo, são práticas sociais de interação por estabelecerem relações polêmicas e tensionadas de afirmação ou concordância ou de negação e rejeição entre suas palavras. Ambas envolvem um agir entre parceiros discursivos; um encontro com as palavras de outro.

Por serem práticas sociais situadas, a leitura e a tradução atuam não só mediando, mas também construindo cultura. Isso significa dizer que ao criarem cultura configuram-se como intervenções nos sistemas ou campos culturais. Na perspectiva de Hall, toda ação social é também cultural, pois expressa ou comunica um significado (HALL, 1997, p.2). As escolhas do tradutor são uma intervenção cultural e o tradutor, ao exercer a sua prática, cria cultura, pois “Moldamos e somos moldados por nossa cultura” (HALL, 1997, 2005). Nesse sentido, é importante ressaltar que a cultura é tomada como dinâmica e não estática.

Leitura e tradução também são práticas de natureza eminentemente dialógica e autoral, uma vez que, ao ler e ao traduzir, são

feitas escolhas, as quais produzem um novo texto e um novo autor, além de, também, emudecerem outras vozes não eleitas.

Nesse contexto, o objetivo principal deste artigo é aproximar a leitura e a tradução enquanto práticas culturais dialógicas. Os pressupostos são de que a linguagem é uma prática social mediadora da experiência do relacionamento entre os seres humanos e sua investigação tem sido uma opção de muitos pesquisadores da linguagem, tributários da filosofia de Mikhail Bakhtin (1895-1975). Isso significa ter a concepção de que “A língua constitui a sociedade e não meramente reflete sua constituição”. (COULMAS, 2007, p.574)

A partir dessas considerações, a fim de atingir seus objetivos, este artigo aborda os seguintes temas: autoria e ato de leitura; a tradução como autoria, leitura e tradução. Espera-se, a partir dessas considerações, contribuir com a discussão e aprofundar os estudos da tradução e da leitura enquanto práticas culturais dialógicas.

Autoria e ato de leitura

Bakhtin considera a linguagem como uma prática social. O filósofo não vê a língua somente como um sistema abstrato de formas linguísticas que toma forma na atividade do falante, mas sim como “um processo evolutivo que se constitui pelo fenômeno social de interação verbal, realizada por meio da enunciação que é, por sua vez, a realidade fundamental da língua” (BAKHTIN, 2012, p.127). Essa interação se dá pela palavra e, a respeito dessa palavra, Bakhtin ressalta que:

toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre

o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 2012, p.117).

Qual será, então, o papel do autor e o do leitor nesse processo interativo e dialógico de escolha de palavras e enunciados que, segundo Bakhtin (2010, p.383), impõe ao homem a tarefa de compreender a palavra do outro?

A solução desse questionamento deve levar em conta o conceito de linguagem expresso nos trabalhos de Bakhtin e seu círculo, comprometidos não apenas em seguir uma tendência linguística ou uma teoria literária, mas também em apresentar-se como “uma visão de mundo que busca compreender as formas de construção e instauração do sentido” (BRAIT, 2005, p.88). Tal visão de mundo afirma a linguagem como a fonte mais importante de representações coletivas: ela deveria ser estudada a partir das interações de indivíduos concretos, situados em determinado tempo e espaço e imersos em diferentes contextos, convivendo com diferentes culturas e aprendendo com elas (BAKHTIN, 2012).

Considera-se, portanto, que nem o autor, tampouco o leitor, tem domínio sobre as palavras, sendo, ambos, pontos de vista que movem o universo das práticas culturais.

O ato de leitura é aqui tomado a partir de bases teóricas de cunho dialógico. A leitura é um agir concreto de um sujeito historicamente situado no mundo, imerso nas relações sociais e constituído dialogicamente. Isso significa dizer que o significado dos enunciados não está nem somente no texto e nem somente na mente do leitor, mas é instituído na interação entre eles. Ou seja, é uma concepção de que a leitura constrói o texto assim como o leitor. Similarmente, não há autor antes do texto. Este também é construído durante a sua escrita. Quanto ao leitor, ele necessita responder ao texto, tornando a leitura um processo ativo de construção.

Bakhtin afirma que a compreensão de um texto se faz tanto pelas relações internas das unidades do texto, que permitem a construção do significado, como pela dimensão externa ao texto, dada pelas relações

dialógicas interdiscursivas e intertextuais. A respeito desse assunto, o autor afirma: “O acontecimento na vida do texto, isto é, a sua verdadeira essência, sempre se desenvolve *na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos*” (BAKHTIN, 2010, p. 311).

O processo interativo da leitura coloca duas consciências em conexão, uma vez que, como prática de interlocução, une autor, texto e interlocutor. Ao escrever um texto, o autor tece uma rede de signos; um tecido de citações da cultura, que será reunida, adiante, não por esse autor, senão pelo leitor. O leitor, ao ler e interpretar os signos de seu contexto social, realiza nesse sentido uma leitura semiótica da cultura. De tal modo, a leitura é uma prática social e cultural que envolve, nos moldes de Bakhtin (2012), uma “compreensão responsiva ativa”, ou seja, para compreender um texto, é necessário que o leitor participe ativamente, gerando respostas e tomando atitudes. Bakhtin assevera que

O interpretador é parte do enunciado a ser interpretado, do texto (ou melhor, dos enunciados, do diálogo entre estes), entra nele como um novo participante. O encontro dialógico de duas consciências nas ciências humanas. A molduragem do enunciado do outro pelo contexto dialógico (BAKHTIN, 2010, p.329).

De tal forma, entende-se que no ato de leitura, um texto leva a outros já conhecidos e experienciados, interpelando o leitor à elaboração de significados. Em consequência, a linguagem se transforma e evolui nas relações dialógicas e sociais à medida que os indivíduos se relacionam com as linguagens disponíveis. Esse processo intersubjetivo de ação sobre a palavra modifica-a e torna-a única e irrepetível nas dimensões de um enunciado.

Conforme Bakhtin, “as relações dialógicas são relações (semânticas) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam se confrontados em um plano de sentido, acabam em relação dialógica” (BAKHTIN, 2010, p.323).

Entretanto, relações dialógicas são polêmicas: nelas, os discursos estão em movimento dinâmico, sendo transformados e, até mesmo, subvertidos. O sentido de um discurso jamais é o último: a interpretação é

infinita. O que faz evoluir um diálogo entre enunciados é essa possibilidade sem fim de sentidos esquecidos que voltam à memória, provocando neles a renovação dentro de outros contextos.

Além disso, é necessário observar que, desde os primeiros textos do jovem Bakhtin, escritos entre 1919 e 1923, foi dada ênfase à *palavra viva*, juntamente com a atitude valorativa do ser que a enuncia e de seu *tom emocional volitivo*, ou seja, **valoração e atitude de vontade da consciência responsiva e responsabilmente ativa** (grifo nosso). Para o filósofo russo, existe em relação a essa palavra viva uma posição axiológica, a qual carrega um acento apreciativo, anterior e alheio, de opiniões e visões de mundo de outros sujeitos que já a enunciaram anteriormente. Ainda, conforme Faraco (2005, p.38): “todo ato cultural se move numa atmosfera axiológica intensa de indeterminações responsivas, isto é, em todo ato cultural assume-se uma posição valorativa frente a outras posições valorativas” sociais.

A relação viva entre consciências (*centros de valores*) é, na vida, uma relação fragmentária, construída palavra por palavra, momento a momento, a qual nos dá provisoriedade em relação à consciência que temos dos outros e de nós mesmos. Vemos em tais reflexões o pressuposto bakhtiniano do “primado da alteridade”, qual seja, a minha consciência de mim passa pela consciência do outro. Segundo Bakhtin,

Não sou eu quem vê o mundo *do interior de meu olhar*, mas me vejo a mim mesmo com os olhos do mundo, com os olhos alheios; estou possuído pelo outro. [...] No meu olhar estão os olhos do outro” (ARÁN, 2014, p.11).

Destarte, nesse processo interativo dialógico, o papel do autor, ao escolher suas palavras, será o de levar em conta outros enunciados de outros sujeitos, em relação aos quais se posiciona, reproduzindo, de maneira atualizada, o discurso de outrem. Por sua vez, ao leitor, que lê e interpreta os signos de seu contexto social, caberá suscitar no texto uma dupla expressão: a original, do outro, e a expressão atualizada, que foi introduzida pelo autor nos enunciados do texto, realizando assim uma leitura semiótica da cultura.

Entretanto, como já foi salientado por Barthes (1988), no texto encontramos múltiplas escrituras, originárias de culturas diversas e que dialogam entre si. Porém, não é o autor que reúne toda essa multiplicidade cultural, senão o leitor, visto que “a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino” (BARTHES, 1988, p.70). Assim, a leitura configura-se como uma prática com um caráter autoral.

A tradução como autoria

A tradução é uma prática tanto dialógica quanto autoral. As escolhas do tradutor produzem um novo texto e um novo autor. No entanto, conforme lembra-nos, Castellões, os leitores comuns não fazem distinção entre literatura nacional e traduzida e “acreditam que o texto traduzido reproduz fielmente o estilo do tradutor e as especificidades linguísticas e tradutórias do original” (2014, p.57). Essa negação da presença discursiva no tradutor no texto levaria a uma negação da presença social do tradutor. Essa percepção é uma das razões que levaram Venuti a investigar o que chamou de “a invisibilidade do tradutor” em 1995. Venuti então dedicou-se a refletir sobre a presença discursiva do tradutor e, retomando e modificando Schleiermacher, lançou mão de conceitos relativos a “posturas” e “estratégias discursivas”. Para Venuti, a “estrangeirização” e a “domesticação” são posturas, enquanto que a escrita fluente e a resistente são exemplos de estratégias discursivas.

Referindo-se à tradução, Bakhtin argumenta que:

Um sistema de signos (ou seja, uma língua), por mais reduzida que seja a coletividade em que repousa sua convenção, sempre pode em princípio ser decifrado, isto é, pode ser traduzido noutro sistema de signos (noutra língua); por conseguinte, existe uma lógica comum a todos os sistemas de signos, uma língua potencial única, uma língua das línguas (...). Mas um texto (diferentemente da língua enquanto sistema de recursos) nunca pode ser traduzido até o fim, pois não existe um texto dos textos, potencial e único (1997, p.333).

Assim, a tradução configura-se a partir da construção de significado em contexto, ou seja, de uma leitura singular realizada em um determinado aqui e agora.

Bakhtin acredita que é impossível compreender um texto sem julgá-lo. Segundo o autor, ler e julgar são duas operações inseparáveis e simultâneas, constituindo um ato total. Na sua perspectiva, o leitor aproxima-se de uma obra com uma visão do mundo já formada, a partir de um dado ponto de vista. Essa situação determina o juízo sobre a obra, mas nem por isso permanece inalterada: ela é submetida à ação da obra que sempre introduz algo novo. A esse respeito, o filósofo da linguagem ainda afirma que:

Compreender não deve excluir a possibilidade de uma modificação, ou de uma renúncia, do ponto de vista pessoal. O ato de compreensão supõe um combate cujo móbil consiste numa modificação e num enriquecimento recíprocos (BAKHTIN, 1997, p.382).

Costa e Silva (2011) pontua que a questão da voz do tradutor revela um confronto de visões referentes ao tradutor e à tradução. A primeira foi pensada há muitos séculos quando a expressão *tradutori, traditori* (que pode ser traduzida por tradutor, traidor) foi criada. Essa expressão implicaria que o objetivo da tradução seria ser fiel ao texto-fonte, criando a ilusão da possibilidade de fidelidade, rejeitada nos estudos da tradução contemporâneos. A segunda visão remete à posição que o tradutor ocupa no espaço enunciativo na tradução. O tradutor é visto como um “novo senhorio e inquilino num discurso ocupado por várias vozes. Como autor dessa nova enunciação, o tradutor entra em contato e conflito com todas as vozes” (SILVA, 2011, p.21). Assim, a tradução tem inegavelmente uma natureza dialógica, pois tanto procura considerar os aspectos históricos e culturais que circundam o texto quanto antecipar o contexto de recepção e a recepção propriamente dita deste texto, ao pensar em quem são seus possíveis leitores e que tipos de respostas podem dar ao texto.

Ainda, segundo Costa e Silva, “o tradutor, como enunciador, precisa tomar decisões a todo momento, sobre o léxico, a sintaxe e estas escolhas,

muitas vezes, revelam os seus posicionamentos axiológicos relativos à língua e ao objeto do discurso” (2011, p.20). Assim, na visão de Costa e Silva, a tradução é vista como uma reenunção, pois, segundo ele,

Sendo a reenunção a tradução, como toda interpretação ou compreensão responsiva, é uma contrapalavra, uma tomada de posição sobre o tema a que se dirige, ou seja, verificamos que a tradução apresenta as mesmas características que todo enunciado: orienta-se para o já-dito (que não se restringe apenas ao texto-fonte, mas aos discursos prévios sobre os temas tratados nas matérias) quanto para o seu leitor (que não é alguém passivo, mas um sujeito projetado com quem o tradutor dialoga, antecipando suas questões, comentários, construindo seu texto também em forma de diálogo em cima dessas réplicas). Portanto, a tradução apresenta marcas e/ou indícios da presença do tradutor (COSTA E SILVA, 2011, p.20).

A presença de marcas discursivas do tradutor é inegável, sendo a tradução situada. Por isso, vários autores, como Antoine Berman, chamam atenção para a temporalidade do traduzir e a necessidade de novas traduções, que Berman chama de retraduições. Para o autor, a retradução é toda a tradução feita depois da primeira tradução de uma obra (1990, p.1). Essa tradução teria inevitavelmente não só uma relação com o original, mas também uma relação com a primeira tradução, tanto em respeito ao seu aspecto temporal quanto ao seu aspecto genealógico para com a primeira tradução. Ainda segundo Berman, "No ato de repetir, de traduzir novamente, há sempre uma nova tradução" (2007, p.98). Em *A tradução e a letra*, Berman faz a distinção entre tradução e retradução, apontando para essa temporalidade do traduzir. Na sua visão, a tradução, enquanto uma prática, não é apenas uma simples questão técnica, mas relaciona-se com a ideia de formação cultural de um povo, a partir do contato com o outro, que chama de estrangeiro. Desta forma, a tradução assumeseu princípio fundamental de agregar valores à cultura de chegada, também retomando a partir de Schleiermacher.

Com relação aos aspectos citados, Adail Sobral e Karina Giacomelli, no artigo "MFL em contexto: algumas questões" (2016), como o próprio

título sugere, discutem questões sobre o Prefácio escrito por Patrick Sériot para a tradução francesa (2010) de *Marxismo e filosofia da linguagem (MFL)*. Sobral e Giacomelli (2016, p.156) consideram importante o fato de que o tradutor dessa edição apontaos critérios utilizados para a sua tradução e afirma buscar a contextualização da obra traduzida tentando uma aproximação à letra do texto russo. Segundo Sériot, sua intenção é “ficar mais perto de Leningrado-1929 e mais longe de Paris - 1977” (SOBRAL e GIACOMELLI, 2016, p.155). A esse respeito, é relevante mencionar que embora o contexto da época seja levado em conta na sua tradução, essa proximidade é elaboradasob a visão de 2010, e não sob a de 1929, sendo impossível a total reconstituição desse contexto. A proximidade se dá por meio de uma leitura em 2010 tanto do texto traduzido como da primeira tradução da mesma obra realizada em 1977. Assim, a tradução passa a ser lida e referenciada juntamente com o texto de partida.

Na visão de Sobral e Giacomelli, Sériot critica a tradução de 1977 por estar relacionada com a interpretação dada principalmente por Julia Kristeva de “situar Bakhtin no contexto francês”, de “acomodá-lo ao olhar francês”, ou seja, domesticar o texto de partida, de acordo com os interesses políticos e intelectuais da época. Da mesma forma, Sériot reconhece que a sua tradução de 2010 também é influenciada pelo olhar e pelo contexto francês de 2010, distinguindo-se da de 1977. E, assim, provavelmente, acontecem todas as possíveis leituras e traduções que ainda serão feitas, uma vez que a leitura depende sempre do contexto histórico e do momento em que ela é realizada e a tradução, por sua vez, depende dessa leitura.

Sériot constata que “Uma retradução é forçosamente um eco, uma alusão, um questionamento implícito da primeira” (apud SOBRAL e GIACOMELLI, 2016, p.155). Em uma perspectiva semelhante, Derrida, retomando o seminal “A tarefa do tradutor”, de Walter Benjamin, afirma: “Ao ser traduzido, o original se modifica” (2002, p.197). Isso aponta para os dilemas da tradução, a respeito dos quais, Derrida identifica, “A tarefa necessária e impossível da tradução, sua necessidade como impossibilidade” (DERRIDA, 2002, p.21). Assim como uma tradução

modifica o texto traduzido e sua leitura, cada retradução dialoga com o texto traduzido e todas as suas traduções, como no exemplo dado por Sobral e Giacomelli. A natureza desse diálogo é que pode mudar. A concepção que admite a possibilidade de fidelidade ao texto traduzido, ou texto de partida, exclui o caráter dialógico da leitura e da tradução. Sobral e Giacomelli (2016) referem a esse caráter e lembram que a tradução sempre envolveu uma tomada de posição discursiva: ou o tradutor é fiel à relação de interlocução original ou a adapta segundo a nova relação de interlocução que o texto traduzido estabelece. Novamente aqui, podemos fazer uma analogia com as noções de tradução estrangeirizadora ou tradução domesticadora de Venuti (1995), pois o autor pode aproximar a tradução do original e, assim, correr o risco de afastar o texto do público da tradução, ou pode distanciar a tradução do texto original, submetendo o texto traduzido aos parâmetros de outra cultura, e correr o risco de ruptura dos laços da obra com sua própria cultura. A tradução então deve tentar um equilíbrio, um movimento, entre esses extremos a fim de mostrar o que essa obra traz de sua própria cultura. Assim, o leitor da tradução pode criar o seu próprio diálogo intercultural. Conforme Sobral “de certo modo, o tradutor traz uma palavra de autoridade nesse processo de reinterlocução” (2008 apud SOBRAL e GIACOMELLI, 2016, p.157). Sobral e Giacomelli afirmam:

Uma tradução legítima, como provam os modernos estudos da tradução, deve respeitar tanto o contexto da obra traduzida como o contexto da tradução, o que constitui um desafio. O que se constata é que nenhuma tradução está isenta das marcas do seu tempo e espaço nem dos interesses legítimos (e explicitados com maior ou menor detalhe) dos tradutores, do momento, do olhar. Estabelece-se assim o princípio de que toda tradução por mais fiel, é ainda uma interpretação, que, por mais cuidadosa, meticulosa, respeitosa, não é menos verdadeira do que qualquer outra, mas de um grau específico de veracidade. Todas as traduções enriquecem, com as novas nuances que descobrem, reconstituem, recriamo arcabouço de compreensão da obra traduzida (2016, p.157).

Outro questionamento que essa discussão traz é com relação aos motivos que levam algumas obras a serem retraduzidas, Sériot afirma que

“As traduções envelhecem (...) enquanto o original não se altera. Mas a sua interpretação, sua recepção se modifica em função do tempo e do espaço.” (2015 apud SOBRAL e GIACOMELLI, 2016, p.156). Isso aponta para o fato de que uma retradução pode ser considerada como uma outra interpretação, situada no contexto sócio-histórico do qual faz parte, ou seja, tem um caráter autoral.

Considerações finais

Para Bakhtin, “O autor é um prisioneiro de sua época, de sua atualidade. Os tempos posteriores o libertam dessa prisão, e os estudos literários têm a incumbência de ajudá-lo nessa libertação”. (BAKHTIN, 2010, p.364). Isso remete a temporalidade das enunciações e a constatação de que a autoria é um posicionamento discursivo em um dado tempo e espaço e, portanto, irrepetível. É um ato de avaliar e de assumir com responsabilidade uma dada posição no mundo. Concluindo, para Bakhtin (2010), a autoria é uma busca por “posições autorais”; o que faz Faraco (2005) indagar, se a autoria seria, então, não mais que uma mera máscara. Para responder, recuperamos uma citação de Vogt: “E se a linguagem atravessa a verdade com a máscara da neutralidade é porque ela é palco e aí cabem outras representações. Por que não a do compromisso com seu tempo e com sua gente?” (VOGT, 1989).

Derivado do que foi exposto, discute-se outra polêmica bakhtiniana de grande importância: a questão da ética, ligada aos direitos sobre as palavras e à responsabilidade do ser humano. O direito e a responsabilidade do agir, englobando o falar, o escrever, etc., não é individual, senão coletivo. Essa questão está intimamente relacionada ao traduzir enquanto uma prática autoral, aparentemente individual, mas que também tem aspectos coletivos na medida que o texto é povoado por várias vozes.

Na tradução, “Não há uma só voz no texto traduzido, mas uma presença do tradutor e de suas escolhas enunciativas (COSTA E SILVA, 2011, p.21). Essa presença discursiva do tradutor apontada por vários

autores pode ser mais ou menos aparente. O que leva Costa e Silva a perguntar: “Será que estamos lendo o que o autor escreveu no original? Quanto há do autor e quanto há do tradutor? Quais aspectos eram do autor e quais da participação discursiva do tradutor?” (SILVA, 2011, p.19). Esses questionamentos, embasados nas teorizações do círculo de Bakhtin, lembram-nos que:

O texto é um tecido de signos; é um tecido de citações da cultura. “um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura” (BARTHES, 1988, p.69).

E, por isso, conforme Barthes, “para devolver à escritura o seu futuro, é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor.” (1988, p.70). O autor deixa seus vestígios do autor, resgatados pelo leitor: tais vestígios são os traços culturais impressos no tecido escrito de signos que o leitor pode capturar na sua compreensão leitora. Se “a tradução faz girar a obra, revela dela uma vertente” (BERMAN, 2002, p.21), as traduções e as retraduações, enquanto práticas autorais, sob uma concepção dialógica do traduzir, podem nos proporcionar um número maior de vertentes e de relações de interlocução e, quem sabe, um maior reconhecimento das alteridades cujas vozes talvez nunca tenham sido ouvidas.

Referências

- ARÁN, Pampa Olga. A questão do autor em Bakhtin. *Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso* [online]. 2014, vol. 9, n. Esp., pp. 4-25.
- BAKHTIN. Mikhail. *Estética da criação verbal*. 5ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BAKHTIN. Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2ed. Trad. Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN. Mikhail. (V.N. Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 13ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- BERMAN, Antoine. *A Tradução e a Letra ou o Albergue do Longíquo*. Tradução de Marie-Helène Catherine Torres, Mauri Furlan e Andreia Guerini. Rio de Janeiro; 7Letras/ PGET, 2007.
- BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CASTELLÕES, Maria Clara. A tradução e a ética do para o outro: E agora, aonde vamos? In: ESTEVES, Lenita; VERAS, Viviane. *Vozes da tradução: Éticas do Traduzir*. São Paulo: Humanitas, 2014. p.53-66.
- COSTA e SILVA, Heber de Oliveira. *Tradução e dialogismo: um estudo sobre o papel do tradutor na construção do sentido*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin:conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p.37-60.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, v.22, n.2, jul/dez 1997.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- SILVA, Heber de O. *Tradução e Dialogismo: Um estudo sobre o papel do tradutor na construção do sentido*. Recife: Editora da UFPE: 2011.
- SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. MFL em contexto: algumas questões. *Bakhtiniana*, São Paulo, 11 (3): 154-173, Set./Dez. 2016.
- VENUTI, L. *The translator's invisibility*. London and New York: Routledge, 1995.